



CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CREF 3ª REGIÃO – SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 047/2009/CREF3/SC, 13 de maio de 2009.

Dispõe sobre o Regimento Eleitoral a ser utilizado pelo  
Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região –  
CREF3/SC na eleição de 2009

**O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 3ª REGIÃO - CREF3/SC**, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o art. 40 do Estatuto do CREF3/SC, e:

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 86 do Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região – CREF3/SC;

**CONSIDERANDO**, a deliberação do Plenário do CREF3/SC, em reunião ordinária, de 26 de abril de 2009;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar o Regimento Eleitoral, que passa a fazer parte integrante desta Resolução, a ser utilizado, como norma do procedimento eleitoral, pelo Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região – CREF3/SC na eleição que se realizará no dia 11 de setembro de 2009.

**Art. 2º** - Esta Resolução entre em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Prof. Marino Tessari  
Presidente  
CREF 000007-G/SC

## **REGIMENTO ELEITORAL**

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

##### **SEÇÃO I DA ELEIÇÃO E DO VOTO**

**Art. 1º** - A eleição no Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região – CREF3/SC para 14 (quatorze) Membros, sendo 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes, para mandato de 06 (seis) anos, realizar-se-á no dia 11 de setembro de 2009, na Sede do CREF3/SC, Rua Afonso Pena, 625 , Bairro Estreito, Cidade de Florianópolis, Santa Catarina – CEP 88070 - 650, das 09:00 às 17:00 , mediante Edital de Convocação da Eleição.

**Art. 2º** - Em atendimento ao princípio da ampla divulgação, a Comissão Eleitoral deverá comunicar a todos os Profissionais de Educação Física nele registrados, no mínimo 90 (noventa) dias antes da data marcada para eleição, que a mesma ocorrerá dia 11 de setembro de 2009.

**Art. 3º** - Só poderá votar o Profissional de Educação Física registrado no CREF3/SC, em pleno gozo de seus direitos estatutários e com mais de 01 (um) ano de registro ininterrupto, de acordo com o artigo 65 do Estatuto do CREF3/SC c/c artigo 107 do Estatuto do CONFEF.

**Art. 4º** - O voto é secreto, direto e pessoal e será exercido pelo Profissional de Educação Física que estiver apto a votar na área de abrangência do CREF3/SC.

**§ 1º** - O Profissional de Educação Física, quando escolher a modalidade de voto por comparecimento pessoal, deverá apresentar a Cédula de Identidade Profissional, Carteira de Identidade expedida por Órgão Público ou Carteira Nacional de Habilitação.

**§ 2º** - O CREF3/SC veiculará em sua página eletrônica a relação dos Profissionais de Educação Física que exerceram o direito ao voto, com base na relação fornecida pela Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a eleição. Tal relação é o comprovante de votação.

**Art. 5º** - O CREF3/SC adotará as seguintes formas de voto, que ficará a escolha do votante:

I – por comparecimento pessoal do Profissional de Educação Física, no local indicado pelo CREF3/SC;

II – por correspondência;

## **SEÇÃO II**

### **DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO**

**Art. 6º** – O Edital de Convocação da eleição será publicado no Diário Oficial do Estado da área de abrangência do CREF3/SC e veiculado na página eletrônica do CREF3/SC no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, e deverá indicar:

I - data e hora para início e encerramento da eleição, que será 11 de setembro de 2009, das 09:00 às 17:00;

II - endereço do local onde ocorrerá a eleição;

III - a informação de que a nominata dos Profissionais aptos a votar estará disponível na página eletrônica do CREF3/SC 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição;

IV – a obrigatoriedade dos Profissionais atenderem aos requisitos exigidos para o exercício do direito de voto, nos termos do art. 3º do presente Regimento;

V – indicação do local onde será divulgada a relação das chapas registradas.

## **SEÇÃO III**

### **DOS REQUISITOS PARA EXERCER O MANDATO DE CONSELHEIRO NO CREF3/SC**

**Art. 7º** - É elegível para Membro do CREF3/SC, inclusive para Suplente, somente o Profissional de Educação Física que, além de outras exigências legais, preencher os requisitos e condições básicas, elencadas no artigo 65 c/c artigo 73 do Estatuto do CREF3/SC, bem como no artigo 115 c/c artigo 116 do Estatuto do CONFEF, abaixo relacionados:

I - ser cidadão brasileiro ou naturalizado;

II - possuir curso superior de Educação Física;

III - estar em pleno gozo dos direitos profissionais;

IV - possuir registro profissional por, pelo menos, 02 (dois) anos ininterruptos até a data da eleição;

V – ter votado na última eleição;

VI – não tiver realizado administração danosa no CONFEF ou em CREFs, notadamente no CREF3/SC, segundo apuração em inquérito, cuja decisão tenha transitado em julgado na instância administrativa;

VII – não tiver contas rejeitadas pelo CONFEF, por CREFs, notadamente pelo CREF3/SC;

VIII – não tiver sido condenado por crime doloso, ao qual se aplica pena de reclusão, transitado em julgado, enquanto persistirem os efeitos da pena;

IX – não tiver sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato de improbidade na administração pública ou privada ou no exercício de representação de entidade de classe, decorrente de sentença transitada em julgado;

X – não estiver cumprindo pena imposta pelo Sistema CONFEF/CREFs;

XI – não for inadimplente em quaisquer prestações de contas, em decisão administrativa definitiva;

XII – não for inadimplente com os pagamentos de anuidades, contribuições, taxas e multas do Sistema CONFEF/CREFs.

**§ 1º** - O atendimento dos requisitos e exigências de que trata este artigo, será feito através de declaração do candidato, devidamente assinada, que responderá por sua veracidade, sob as penas da lei.

§ 2º - A inclusão ou omissão de dados de forma fraudulenta, na declaração a ser prestada a Comissão Eleitoral do CREF3/SC para registro no pleito, resultará em instauração de processo disciplinar e ético, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista no Código de Ética do Profissional de Educação Física, no Estatuto do CONFEF e do CREF3/SC ou na declaração da perda de condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs, especificamente no CREF3/SC, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

#### **SEÇÃO IV DA COMISSÃO ELEITORAL**

#### **SEÇÃO IV DA COMISSÃO ELEITORAL**

**Art. 8º** – Para o acompanhamento do processo eleitoral no Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região, o CREF3/SC nomeará Comissão Eleitoral, que será composta de 05 Membros, que não farão parte de nenhuma das chapas concorrentes, dos quais 01 (um) é o Presidente, 2 (dois) são Membros Efetivos e 2 (dois) são Membros Suplentes.

§ 1º - Os integrantes da Comissão Eleitoral devem estar no gozo de seus direitos estatutários e quites com a Tesouraria do CREF3/SC.

§ 2º - Não poderão integrar a Comissão os candidatos, seus parentes, consangüíneos e afins até o 2º grau, inclusive, os respectivos cônjuges, bem como os empregados do CREF3/SC.

**Art. 9º** – A Comissão Eleitoral terá função escrutinadora de votos.

**Art. 10** – À Comissão Eleitoral compete:

- I – analisar os requerimentos de registro das chapas, deliberando sobre o deferimento ou indeferimento dos mesmos;
- II - apreciar as impugnações que forem oferecidas no curso de todo o processo eleitoral;
- III – aprovar o modelo da cédula eleitoral;
- IV - rubricar as cédulas eleitorais;
- V – elaborar a carta de instrução de voto a ser encaminhada ao Profissional, juntamente com a carta voto, onde deverá constar orientação sobre o procedimento de votação por correspondência, data da eleição e horário limite para recebimento do voto no CREF3/SC, casos de nulidade do voto, hipóteses e data para justificativa de ausência a eleição;
- VI – disciplinar, fiscalizar e acompanhar o envio da carta-voto;
- VII – promover o lacre na urna receptora dos votos por correspondência;
- VIII - compor a mesa de votação desde o início até o fim do processo eleitoral;
- IX - dar por aberto e por encerrado o processo de votação;
- X - atuar no processo de voto por comparecimento pessoal, procedendo a:
  - a) identificação dos votantes;
  - b) verificação das assinaturas na folha de votação;
  - c) observação da colocação das cédulas nas urnas lacradas;
  - d) abertura da urna lacrada, confrontando os números de votos com a folha de votação, após o término da votação;

XI – receber a urna lacrada contendo os votos por correspondência do CREF3/SC, devendo confrontar o nome dos votantes com a folha de votação, em seguida abrir a urna, retirar os envelopes pré-endereçados em condições de voto, deles retirando os envelopes pardos, que deverão conter as cédulas eleitorais, colocando-os em uma outra urna lacrada;

XII - abrir as urnas lacradas referentes aos votos por comparecimento pessoal e por correspondência, proceder à contagem de votos depositados;

XIII – confrontar a relação da folha de votação dos votos por correspondência com a folha de votação dos votos por comparecimento pessoal;

XIV – proceder ao escrutínio dos votos;

XV - declarar a chapa vencedora;

XVI - confeccionar o relatório e a ata circunstanciada da eleição;

XVII - encaminhar ao Presidente do CREF3/SC o resultado do pleito, através de carta da Comissão Eleitoral, com protocolo, onde estejam anexados os relatórios e as atas da eleição.

**Art. 11** – Após a entrega do relatório e atas da eleição, onde constará a chapa vencedora, ao Presidente do CREF3/SC, a Comissão Eleitoral será automaticamente extinta.

## **CAPÍTULO II DAS CHAPAS**

### **SEÇÃO I DO REGISTRO**

**Art. 12** - O requerimento de registro das chapas deverá conter, obrigatoriamente, a nominata completa dos 14 (quatorze) candidatos a Conselheiros, todos para mandato de 06 (seis) anos, sendo indicado o nome dos 10 (dez) Membros Efetivos e os 04 (quatro) Membros Suplentes, com seus respectivos números de registro no CREF3/SC e assinaturas, bem como a indicação do candidato representante da chapa junto ao CREF3/SC e o nome fantasia da mesma, nos termos do artigo 68 do Estatuto do CREF3/SC, bem como do art. 110, parágrafo único, do Estatuto do CONFEF.

§ 1º - O candidato a Conselheiro poderá registrar-se em, apenas, uma chapa.

§ 2º – No momento do registro, cada chapa deverá apresentar a declaração mencionada no §1º do artigo 7º, do presente Regimento, bem como assinar o termo de que trata o artigo 43 deste Regimento.

§ 3º - O requerimento de registro das chapas deverá ser assinado pelo representante da chapa e dirigido, em duas vias, ao Presidente da Comissão Eleitoral.

§ 4º - Cada chapa, ao ser apresentada no CREF3/SC, receberá um protocolo de registro, e será numerada de acordo com a ordem do mesmo.

§ 5º - O número de ordem de registro será o número da chapa concorrente.

§ 6º - As chapas que cometerem qualquer irregularidade com referência ao registro de candidatos não habilitados serão automaticamente desqualificadas para concorrerem à eleição.

§ 7º - Os requerimentos de registro serão analisados pela Comissão Eleitoral que poderá deferi-los ou não.

**Art. 13** - O prazo para registro das chapas será aberto 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, encerrando-se 60 (sessenta) dias antes da mesma.

**Art. 14** - Do despacho que indeferir o requerimento de registro das chapas caberá recurso interposto pelo representante da chapa ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da decisão do mesmo.

§ 1º - Os recursos referidos no *caput* deste artigo serão julgados pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do protocolo dos mesmos.

§ 2º - Após o julgamento de que trata o § 1º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência as chapas registradas da decisão do recurso.

§ 3º - Os recursos oriundos de indeferimento de chapas terão efeito somente devolutivo.

§ 4º - São preclusivos os prazos para interposição dos recursos.

**Art. 15** – Logo após o deferimento ou indeferimento do registro das chapas, e antes do envio da relação das chapas registradas para publicação no Diário Oficial do Estado área de abrangência do CREF3/SC, o CREF3/SC enviará ao CONFEF cópia do requerimento de registro das chapas contendo a nominata completa dos 14 (quatorze) candidatos a Conselheiros, com seus respectivos números de registro no CREF3/SC e assinaturas, a indicação do candidato representante da chapa junto ao respectivo CREF3/SC e o nome fantasia da mesma, bem como a declaração dos candidatos, tudo em conformidade com o artigo 12 deste Regimento.

**Art. 16** - No prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento do prazo para registro das chapas ou da data da decisão que julgar o último recurso interposto, o CREF3/SC encaminhará para publicação no Diário Oficial do Estado área de abrangência do CREF3/SC, bem como veiculará em sua página eletrônica, qual seja, [www.crefsc.org.br](http://www.crefsc.org.br), a relação das chapas registradas, pela ordem de registro, com os nomes fantasias, indicando os nomes e números de registro no CREF3/SC dos seus respectivos integrantes.

**Parágrafo único** – Serão disponibilizadas na página eletrônica do CREF3/SC as propostas eleitorais das chapas registradas, que encaminharem ao CREF3/SC tais propostas no mínimo 30 (trinta) dias antes da data da eleição.

## **SEÇÃO II**

### **DOS DIREITOS DAS CHAPAS REGISTRADAS**

**Art. 17** – As chapas com registro deferido que desejarem encaminhar as propostas eleitorais juntamente com a carta voto aos Profissionais de Educação Física, deverão, através do respectivo representante, entregá-las ao CREF3/SC em quantidade numérica suficiente para envio, impreterivelmente, antes do 40º (quadragésimo) dia que anteceda a eleição.

**Parágrafo único** – O material a que alude o *caput* deste artigo deverá ser impresso em 01 (uma) folha A4 (210 x 297 mm) de cor branca e gramatura 75 g/m<sup>2</sup> no máximo uma folha para cada carta voto.

**Art. 18** - O CREF3/SC se compromete, mediante solicitação escrita das chapas, enviar aos Profissionais de Educação Física nele registrados, por mala direta, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do dia seguinte ao requerimento, a propaganda e/ou proposta eleitoral das chapas que tiverem seu registro deferido pela Comissão Eleitoral, respeitadas as disposições concernentes aos princípios da segurança, sigilo e legalidade administrativa.

§ 1º - A solicitação supracitada deverá ser entregue por escrito ao CREF3/SC, acompanhada de etiquetas em branco.

§ 2º - Todas as despesas inerentes ao procedimento disposto no *caput* deste artigo, serão custeadas pelas respectivas chapas.

**Art. 19** – Cada chapa poderá obter o credenciamento de até 02 (dois) fiscais para cada local de votação, bem como para cada mesa apuradora.

§ 1º - O requerimento para o credenciamento disposto no *caput* deste artigo deverá ser feito no mínimo 10 (dez) dias antes da data da eleição.

§ 2º - A credencial fornecida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, a requerimento dos representantes das chapas, autorizará a fiscalização unicamente perante o local para qual for concedida.

### **CAPÍTULO III DAS CÉDULAS ELEITORAIS**

**Art. 20** – A cédula eleitoral será confeccionada nos moldes aprovados pela Comissão Eleitoral e distribuída exclusivamente pelo CREF3/SC, devendo ser impressa em tinta preta, com tipos uniformes de letras e papel branco, opaco e pouco absorvente, contendo todas as chapas e os nomes fantasias das mesmas.

§ 1º – Os nomes das chapas registradas deverão figurar de acordo com a ordem de registro das mesmas.

§ 2º - A cédula será confeccionada de maneira tal que ao estar dobrada resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la.

§ 3º – As cédulas eleitorais utilizadas na votação por comparecimento pessoal do Profissional, e as sobrecartas e cédulas eleitorais utilizadas na votação por correspondência, serão guardadas, até a data da homologação da eleição pelo CONFEF, em invólucros ou pacotes lacrados e rubricados, de modo a garantir sua inviolabilidade.

**Art. 21** – As cédulas eleitorais deverão, obrigatoriamente, estar rubricadas por pelo menos 02 (dois) Membros da Comissão Eleitoral.

### **CAPÍTULO IV DO RECEBIMENTO DOS VOTOS POR CORRESPONDÊNCIA PELO CREF3/SC**

**Art. 22** – O CREF3/SC, ao receber a correspondência relativa aos votos por correspondência, deverá guardá-los numa urna lacrada.

§ 1º - O CREF3/SC assinalará na lista de votantes o dia e a hora em que os votos por correspondência forem entregues pelo correio.

§ 2º - Nos casos em que os Profissionais depositarem o voto por correspondência na urna lacrada antes da data marcada para eleição, o CREF3/SC entregará a folha de votação para que os mesmos assinem e coloquem o dia e a hora em que o fizeram.

§ 3º - Havendo mais de um voto enviado pelo mesmo Profissional, o CREF3/SC guardará os demais em separado, entregando-os à Comissão Eleitoral no dia da eleição, para julgamento do fato.

§ 4º - No dia marcado para eleição o CREF3/SC entregará a urna lacrada ao Presidente da Comissão Eleitoral.

## **CAPÍTULO V DA VOTAÇÃO**

### **SEÇÃO I DO VOTO POR CORRESPONDÊNCIA**

#### **SUBSEÇÃO I DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO**

**Art. 23** – Deverá ser enviado aos Profissionais o material necessário à prática do voto por correspondência, com a antecedência de 35 (trinta e cinco) a 30 (trinta) dias da data marcada para eleição, contendo:

I - instruções para votação;

II - lista com a composição das chapas registradas;

III - um exemplar da cédula eleitoral rubricada, onde constará somente o número de registro e o nome fantasia de cada chapa concorrente;

IV - um envelope pardo para a cédula eleitoral;

V - um envelope pré-endereçado para remessa do material de votação ao CREF3/SC.

**Parágrafo único** - Poderão também ser enviadas juntamente com os documentos elencados no *caput* deste artigo, as propostas eleitorais das chapas registradas que estejam em conformidade com a legislação eleitoral vigente, bem como com o Código de Ética do Profissional de Educação Física, e sejam entregues no prazo previsto no artigo 17 deste Regimento.

#### **SUBSEÇÃO II DO SISTEMA DE VOTAÇÃO**

**Art. 24** – O sistema de voto por correspondência observará as seguintes normas:

I - o eleitor usará exclusivamente o material a ele remetido pela Comissão Eleitoral do CREF3/SC, principalmente, no que diz respeito a cédula eleitoral;

II - no verso do envelope pré-endereçado deverá constar o nome, por extenso, em letra de forma, assinatura, número de registro no CREF3/SC e o endereço do votante;

III – o voto por correspondência poderá ser exercido das seguintes formas:

a) postado em uma das agências do correio;

b) depositado, antes da data marcada para eleição, na urna lacrada localizada na Sede do CREF3/SC, sito a Rua Afonso Pena, 625 , Bairro Estreito, Cidade de Florianópolis, Santa Catarina, desde que os votantes assinem a folha de votação e coloquem o dia e a hora em que o fizeram;

IV - somente serão válidos e computados os votos que forem recebidos até às 17:00 do dia 11 de setembro de 2009, cabendo a cada Profissional remetê-lo com a antecedência devida.

§ 1º – É de inteira responsabilidade do Profissional de Educação Física o prazo do envio da correspondência.

§ 2º - Os Profissionais que desejarem poderão enviar sua correspondência através de A.R. (Aviso de Recebimento) para se certificar que a sua carta foi recebida pelo CREF3/SC.

## **SEÇÃO II DO VOTO POR COMPARECIMENTO PESSOAL**

### **SUBSEÇÃO I DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO**

**Art. 25** – O Presidente do CREF3/SC deverá entregar ao Presidente da Comissão Eleitoral até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a eleição, o seguinte material para o exercício do voto por comparecimento pessoal:

I – cédulas eleitorais;

II - relação das chapas concorrentes, a qual deverá ser afixada em lugar visível, no recinto da votação;

III - listas de votantes;

IV - cabines;

V - envelopes para remessa ao Presidente do CREF3/SC dos documentos relativos à eleição;

VI - canetas de cor preta ou azul, exclusivamente, e papéis necessários aos trabalhos eleitorais;

VII - uma cópia desta Resolução;

VIII - qualquer outro material que o Presidente do CREF3/SC julgue conveniente ao regular funcionamento da eleição.

§ 1º - O Presidente do CREF3/SC instruirá o Presidente da Comissão Eleitoral quanto à utilização das cédulas e das cabines necessárias ao prosseguimento da votação.

§ 2º - Quando da utilização de urnas eletrônicas na eleição, o Presidente do CREF3/SC instruirá também o representante do Tribunal Regional Eleitoral – TRE.

### **SUBSEÇÃO II DO SISTEMA E DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO**

**Art. 26** – O período de votação será de 08 horas consecutivas, tendo início às 09:00 e término às 17:00, observando-se, quanto ao ato de votar, as seguintes normas:

I - ao adentrar no recinto de votação, o eleitor apresentará a sua Cédula de Identidade Profissional ou outros documentos elencados no parágrafo 1º do art. 4º deste Regimento, assinará a lista de votantes e receberá a cédula eleitoral rubricada, passando, em seguida, à cabine indevassável;

II - na cabine indevassável, o eleitor assinalará a chapa de sua preferência e dobrará a cédula eleitoral;

III - ao sair da cabine, o eleitor depositará a cédula eleitoral na urna.

**Parágrafo único** – Em caso de utilização de urnas eletrônicas na eleição, será seguida a orientação do respectivo Tribunal Regional Eleitoral – TRE.

**Art. 27** – A votação não sofrerá interrupção, salvo, por caso fortuito ou força maior.

**Art. 28** – O local de votação terá tantas cabines quanto necessário.

### **SUBSEÇÃO III DO SIGILO DO VOTO**

**Art. 29** – O sigilo do voto é assegurado mediante a adoção das seguintes providências:

I - uso de cédula eleitoral oficial;

II - isolamento do eleitor, em cabine indevassável para o único efeito de indicar, na cédula eleitoral, a chapa de sua escolha.

### **SEÇÃO III**

#### **CAPÍTULO VI DAS NULIDADES**

**Art. 30** – Considera-se nulo o voto:

I – se o envelope pré-endereçado não estiver devidamente fechado e lacrado;

II - se o verso do envelope pré-endereçado não contiver os requisitos descritos no inciso II do artigo 25 deste Regimento;

III - se o eleitor assinalar ou riscar qualquer nome na cédula eleitoral;

IV – se a cédula eleitoral não estiver rubricada pela Comissão Eleitoral;

V - se a cédula eleitoral contiver expressão, frase ou sinal que possam identificar o voto;

VI – se o eleitor não utilizar caneta azul ou preta para assinalar a chapa escolhida;

VII – se o eleitor assinalar seu voto, para mais de uma chapa;

VIII – se o envelope pardo não contiver a cédula eleitoral;

IX - se o envelope pardo não estiver devidamente fechado e lacrado;

X – se o envelope pré-endereçado não contiver o envelope pardo.

**Art. 31** – Considerar-se-á nula a eleição quando a nulidade atingir a mais de metade dos votos recebidos pela Comissão Eleitoral.

§ 1º – Considerar-se-á nula também a votação nos seguintes casos:

I – se for realizada em dia, hora, ou local diferentes do designado;

II – se não forem observados os preceitos estabelecidos por este Regimento;

III - se for encerrada antes da hora marcada.

§ 2º - Ocorrendo as nulidades previstas no *caput* e no parágrafo primeiro deste artigo, o CREF3/SC marcará, em até 20 (vinte) dias, nova eleição a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da marcação.

§ 3º – As nulidades serão pronunciadas quando a Comissão Eleitoral conhecer do ato ou dos seus efeitos e o encontrar provada, não lhe sendo lícito supri-la, ainda que haja consenso das partes.

## **CAPÍTULO VII DA APURAÇÃO DOS VOTOS**

### **SEÇÃO I DO CONFRONTO DAS LISTAS DE VOTANTES**

**Art. 32**– Antes de iniciar o cômputo dos votos, a Comissão Eleitoral confrontará a lista de votos por correspondência e com as listas de votos por comparecimento pessoal de todos os locais onde houver eleição.

**Parágrafo único** – Havendo mais de um voto emitido pelo mesmo Profissional, a Comissão Eleitoral decidirá o procedimento a ser adotado, assinalando na ata o critério adotado.

### **SEÇÃO II DA APURAÇÃO DOS VOTOS POR COMPARECIMENTO PESSOAL DO PROFISSIONAL**

**Art. 33** – De posse das urnas lacradas e das atas de votação, o Presidente da Comissão convidará os demais Membros da mesma a procederem à apuração observando o seguinte processo:

- I – abertura da urna lacrada e contagem das cédulas eleitorais, confrontando-os com o número de presença nas folhas de votação;
- II – leitura dos votos, cédula por cédula;
- III – contagem e proclamação do resultado da urna;
- IV – lavratura da ata de apuração.

### **SEÇÃO III DA APURAÇÃO DOS VOTOS POR CORRESPONDÊNCIA**

**Art. 34** – Recebida a lista dos votantes e a urna lacrada contendo os votos por correspondência pelo CREF3/SC, o Presidente da Comissão procederá à apuração, observando os seguintes procedimentos:

- I – abertura da urna, verificando em cada um dos envelopes pré-endereçados devidamente fechados se o nome do eleitor consta da lista de votantes e rubricando ao lado;
- II – abertura dos envelopes pré-endereçados fechados, deles retirando os envelopes pardos, que deverão conter as cédulas eleitorais, colocando-os em uma urna;
- III – contagem dos envelopes pardos confrontando-os com o número de presença nas folhas de votação;
- IV – se o número de envelopes pardos for igual ao de votantes, verificado nas respectivas listas, far-se-á a apuração;
- V – abertura dos envelopes pardos fechados na presença dos fiscais das chapas, procedendo-se à retirada dos votos dos mesmos;
- VI – contagem dos votos;
- VII– proclamação do resultado da urna;
- VII – lavratura da ata de apuração.

**Parágrafo único** – Caso o eleitor não esteja em pleno gozo de seus direitos estatutários ou seu nome não conste da folha de votação, o Presidente da Comissão Eleitoral não considerará o voto.

## **SEÇÃO IV DO CÔMPUTO GERAL DOS VOTOS**

**Art. 35** – O cômputo geral dos votos dar-se-á da seguinte forma:

I – a soma do resultado apurado nas urnas dos votos por comparecimento pessoal do Profissional com o resultado apurado nas urnas dos votos por correspondência;

II – se o número total de cédulas eleitorais não corresponder ao número de votantes e não for comprovada fraude, a Comissão Eleitoral, decidirá o procedimento a ser adotado, de modo que revele a maior transparência e isenção possível, assinalando na ata o critério adotado;

III – apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por comparecimento pessoal;

IV – apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por correspondência;

V – apreciação de recursos;

VI – proclamação do resultado do pleito, após, encerrado o prazo recursal, informando a chapa com maior número de votos válidos.

§ 1º - Caso haja interposição de recurso em face do resultado apresentado pela Comissão, a proclamação final do resultado do pleito será realizada após julgados os recursos eventualmente interpostos, informando a chapa vencedora.

§ 2º - Em caso de empate, será proclamada vencedora a chapa onde estiver o candidato com maior idade e, persistindo o empate, vence a chapa onde estiver o candidato com o número de registro no CREF3/SC mais antigo.

## **CAPÍTULO VIII DO RECURSO**

**Art. 36** - Caso ocorram, no entendimento de alguma chapa concorrente, irregularidades no decorrer da eleição ou na apuração dos votos, as solicitações de recursos deverão ser dirigidas à Comissão Eleitoral, por escrito e fundamentadas, dentro do prazo de 02 (duas) horas após a proclamação dos resultados.

§ 1º - É preclusivo o prazo mencionado no *caput* deste artigo, para interposição de recursos.

§ 2º - O recurso a que alude o *caput* deste artigo será recebido pela Comissão Eleitoral no efeito suspensivo.

§ 3º - A Comissão Eleitoral julgará o recurso de que trata o *caput* deste artigo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de interposição do recurso.

§ 4º - Após o julgamento de que trata o § 3º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência as chapas registradas da decisão do recurso.

## **CAPÍTULO IX DA PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS**

**Art. 37-** Terminados os trabalhos, e após decorrido o prazo recursal, o Presidente da Comissão Eleitoral declarará encerrada a apuração e será lavrada ata que será assinada pelos integrantes da Comissão e pelos presentes que o desejarem, da qual constará:

- a) nome e função de todos que assinarem a ata;
- b) número dos Profissionais aptos a votar;
- c) número dos eleitores que votaram;
- d) indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos por correspondência;
- e) indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos por comparecimento pessoal;
- f) indicação da totalidade dos votos válidos, brancos e nulos, apontando o percentual de votantes;
- g) relatório sintético das ocorrências e decisões tomadas pela Comissão Eleitoral durante o processo de eleição.

**Parágrafo único** – Havendo interposição de recurso, a eleição somente será declarada encerrada, após o julgamento do mesmo, momento em que será lavrada ata assinada pelos integrantes da Comissão Eleitoral.

**Art. 38** – O Presidente da Comissão Eleitoral, após declarar encerrada a eleição, informará ao Presidente do CREF3/SC, mediante correspondência da Comissão a ser protocolada no primeiro dia útil após a proclamação do resultado do pleito, a chapa vencedora.

**Art. 39** – No prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da data do recebimento do resultado do pleito, o CREF3/SC publicará no Diário Oficial do Estado área de abrangência do CREF3/SC, bem como veiculará em sua página eletrônica, [www.crefsc.org.br](http://www.crefsc.org.br), o nome da chapa vencedora, com o nome de seus respectivos Membros e números de registro junto ao CREF3/SC.

## **CAPÍTULO X DO PROCESSO ELEITORAL**

**Art. 40** – Ao Presidente do CREF3/SC incumbe organizar a documentação do processo eleitoral em duas vias, uma das quais será enviada ao CONFEF e a outra arquivada no CREF3/SC, cujas peças essenciais são as seguintes:

- a) ato de instituição dos integrantes da Comissão Eleitoral;
- b) Regimento Eleitoral;
- c) carta enviada aos Profissionais de Educação Física de que trata o artigo 2º deste Regimento;
- d) exemplares originais do Diário Oficial onde foram publicados o Edital de Convocação para eleição, o Regimento Eleitoral, a indicação dos Profissionais aptos a votar, as chapas registradas e a chapa vencedora;
- e) todos os documentos veiculados na página eletrônica do CREF3/SC, na data da publicação no Diário Oficial do Estado onde estiver localizada a Sede do CREF3/SC;
- f) todas as publicações que fizeram alusão à eleição, por ordem cronológica;
- g) documentos referentes aos requerimentos de registro de chapas;
- h) deliberações aprovando os registros de chapas;

- i) lista autêntica dos votantes;
- j) exemplar original da cédula eleitoral e envelopes utilizados no pleito;
- k) carta de instrução de voto;
- l) relatórios e atas dos trabalhos eleitorais;
- m) recursos apresentados;
- n) resultado do julgamento dos recursos;
- o) carta da Comissão Eleitoral enviada ao CREF3/SC informando a chapa vencedora, devidamente protocolada.

§ 1º - Os documentos originais elencados neste artigo deverão integrar o processo eleitoral do CREF3/SC.

§ 2º - O processo eleitoral que será encaminhado ao CONFEF deverá ser instruído com as cópias dos documentos relacionados neste artigo, com exceção do documento disposto na alínea “j”, que deverá ser original, e do documento disposto na alínea “i”, que não deverá ser enviado.

**Art. 41** – O Presidente do CREF3/SC dará ciência ao Presidente do CONFEF do resultado do pleito, através de ofício, que seguirá com uma via do processo eleitoral, até 07 (sete) dias após a publicação da chapa vencedora no Diário Oficial.

## **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 42** - As chapas concorrentes ao registrarem suas candidaturas junto ao CREF3/SC, deverão receber todas as informações sobre o processo eleitoral e assinar um termo de reconhecimento legal das decisões do Plenário do CREF3/SC e da Comissão Eleitoral, desistindo de qualquer recurso à outra instância.

**Art. 43** - A chapa proclamada vencedora será empossada, logo após a homologação pelo Plenário, em data a ser designada pelo mesmo.

**Art. 44** – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

**Art. 45** – Este Regimento Eleitoral foi aprovado em Reunião do Plenário do CREF3/SC realizada no dia 26 de abril de 2009, entrando em vigor nesta data e perdendo sua validade imediatamente após a posse dos novos Membros do Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região – CREF3/SC.